

30/11/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 102.965 RIO DE JANEIRO

RELATORA	: MIN. ELLEN GRACIE
REDATOR DO	: MIN. CELSO DE MELLO
ACÓRDÃO	
PACTE.(S)	: EUCLYDES GOMES DA SILVA JÚNIOR
IMPTE.(S)	: LUIZ CARLOS DA SILVA NETO
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

E M E N T A: “HABEAS CORPUS” – PRISÃO CAUTELAR
REESTABELECIDO NO JULGAMENTO DE RECURSO EM SENTIDO
ESTRITO – ALEGADA NULIDADE – ATUAÇÃO DE
DESEMBARGADOR, COMO PRESIDENTE DA SESSÃO DE
JULGAMENTO, EM PROCESSO PENAL REFERENTE A CRIME
DENUNCIADO POR SUA PRÓPRIA FILHA, NA QUALIDADE DE
PROMOTORA DE JUSTIÇA – INADMISSIBILIDADE – HIPÓTESE DE
IMPEDIMENTO (CPP, ART. 252, I) – CAUSA DE NULIDADE ABSOLUTA
DO JULGAMENTO – OCORRÊNCIA – NECESSIDADE DE
RENOVAÇÃO DESSE MESMO JULGAMENTO, SEM A PARTICIPAÇÃO
DO DESEMBARGADOR IMPEDIDO – CONSTRANGIMENTO
ILEGAL CARACTERIZADO – PEDIDO DEFERIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Segunda Turma**, sob a Presidência do Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por maioria** de votos, **em deferir** a ordem, **nos termos** do voto do Ministro Celso de Mello, **vencida** a Relatora. Falou, pelo paciente, o Dr. Luiz Carlos da Silva Neto e, pelo Ministério Público

HC 102965 / RJ

Federal, o Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Não participou do julgamento o Senhor Ministro Ayres Britto.

Brasília, 30 de novembro de 2010.

CELSO DE MELLO – REDATOR P/ O ACÓRDÃO

30/11/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 102.965 RIO DE JANEIRO

RELATORA ORIGINÁRIA : MIN. ELLEN GRACIE
REDATOR PARA O : MIN. CELSO DE MELLO
ACÓRDÃO
PACTE.(S) : EUCLYDES GOMES DA SILVA JÚNIOR
IMPTE.(S) : LUIZ CARLOS DA SILVA NETO
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Ellen Gracie: 1. Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra julgamento colegiado da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça em outro *writ* anteriormente aforado perante aquela Corte (HC 130.990/RJ), de relatoria do Ministro Og Fernandes.

2. O paciente foi denunciado pela suposta prática dos crimes tipificados no art. 121, § 2º, inciso I c/c art. 14, inciso II, 29 e art. 121, § 2º, inciso I, c/c art. 29, todos do Código Penal. Por ocasião do recebimento da denúncia, o Juiz do caso não acolheu o pedido de prisão preventiva formulado pelo Ministério Público. Sobreveio a decisão de pronúncia.

A acusação recorreu em sentido estrito contra a decisão do magistrado, o qual havia negado o pedido de prisão preventiva. O recurso foi acolhido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que decretou a prisão do paciente.

Posteriormente, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, que, por maioria de votos, denegou a ordem.

3. O impetrante alega, em suma, a nulidade do julgamento do recurso em sentido estrito realizado pela Corte Estadual sob o fundamento de que o Presidente da Câmara julgadora seria pai da promotora de justiça que atuou no processo em primeiro grau. Esse fato teria acometido de nulidade o acórdão em razão do impedimento do Presidente do órgão julgador.

HC 102.965 / RJ

4. Assim, requer a concessão do presente *habeas corpus* a fim de que seja declarada a nulidade da sessão de julgamento que decretou a prisão preventiva do paciente.

5. O pedido de liminar foi indeferido às fls. 90-91.

6. Manifestação da Procuradoria-Geral da República pela denegação da ordem (fls. 95-98).

7. Solicitação do impetrante quanto à sua intimação para fins de realização de sustentação oral (fl. 100).

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Amorim', written in a cursive style.

HC 102.965 / RJ

VOTO

A Senhora Ministra Ellen Gracie (Relatora): 1. A questão de direito discutida neste *writ* diz respeito à nulidade do acórdão da Corte Estadual, em razão de o Presidente da Câmara julgadora ser pai da promotora de justiça que atuou no processo em primeiro grau.

Considero conveniente reproduzir trechos do voto do Ministro Og Fernandes, relator do HC 130.990/RJ (fl.

“Nas informações prestadas às fls. 134/141, esclareceu o Desembargador Ângelo Moreira Glioche que:

‘(...)

O processo 2007.051.00306 refere-se a recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público contra decisão do Juízo do I Tribunal do Júri, que indeferiu pedido de prisão preventiva do Paciente.

Nesse processo em que foi indeferido o pedido de prisão preventiva do Paciente, a denúncia e a interposição do recurso são da Promotora de Justiça Dr^a Patrícia Mothé Glioche Béze, minha filha.

Presidi a sessão de julgamento do recurso em sentido estrito, no entanto, quando foi provido o recurso ministerial, reformada a decisão recorrida e decretada a prisão preventiva do Paciente, não participei da turma julgadora que foi composta pela Relatora Desembargadora Maria Raimunda Teixeira de Azevedo e vogais os desembargadores Suely Lopes Magalhães e Marcus Quaresma Ferraz(peça "b" anexada).

Acrescenta, ainda:

HC 102.965 / RJ

Nos processos 2008.051.00306 e 2008.059.05505, presidi a sessão de julgamento apesar de pai da Promotora de Justiça que funcionou nos autos do processo de 1º grau porque entendo, nos termos do art. 252 do Código de Processo Penal, poder participar da sessão de julgamento, embora esteja impedido de exercer jurisdição, ou seja, esteja impedido de participar da turma julgadora, isto é, de integrar a turma julgadora”.

(...)

Examinando os termos da certidão de julgamento alusiva ao recurso em sentido estrito, constata-se, a participação da Desembargadora Relatora Maria Raimunda T. Azevedo e dos vogais Desembargadora Suely Lopes Magalhães e Desembargador Marcus Quaresma Ferraz, tendo o Desembargador Ângelo Moreira Gliocche, presidido a sessão. O resultado do julgamento se deu por unanimidade de votos (fl. 67), o que sustenta o argumento de que mesmo que tenha o Desembargador Presidente da sessão proferido voto no julgamento em questão, não há qualquer nulidade no julgamento proferido em órgão colegiado no qual participou desembargador impedido, se o voto deste não foi determinante no resultado do julgamento”.

O impedimento do Desembargador que participou do julgamento do recurso em sentido estrito em decisão colegiada, pai da promotora que atuou no processo de primeiro grau, em tese, existe. Porém, a alegação de nulidade do referido julgamento não merece ser acolhida, uma vez que o voto por ele proferido não conduziu ou determinou o voto dos demais julgadores. Ademais, o acórdão foi consubstanciado em decisão unânime de votos, não havendo o referido desembargador sido relator, nem revisor, o que não implica prejuízo no resultado final.

HC 102.965 / RJ

Nesse sentido, em caso análogo, cito o HC 80.281, Rel. Min. Octavio Gallotti, Primeira Turma, unânime, DJ 29.09.2000, assim ementado:

“Por manifesta falta de prejuízo, não se justifica a alegação de nulidade decorrente do impedimento de magistrado que participou de quorum composto por quatorze outros Ministros do Superior Tribunal Militar, não havendo sido ele relator nem revisor, sem influência no resultado do julgamento”.

Diante do exposto, **denego** a ordem.



30/11/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 102.965 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO (Redator p/ o acórdão): **Peço vênia para dissentir** da eminente Relatora, **pois entendo** configurada, *na espécie*, **considerado** o que dispõe o art. 252, I, do CPP, situação **caracterizadora de impedimento** do eminente Desembargador **que não podia ter participado**, ainda que não fosse Presidente da 8ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça local, do julgamento ora questionado, **pelo fato**, *processualmente relevante*, **de que é pai** da Promotora de Justiça **que atuou na mesma causa penal**.

Não constitui demasia relembrar **que o impedimento** – cuja ocorrência **obsta** o exercício *da própria jurisdição* pelo magistrado, *por qualquer magistrado* – **qualifica-se** como matéria de ordem pública e, uma vez constatada tal situação, **provoca** a nulidade absoluta do julgamento.

Em consequência, **defiro** o pedido de “*habeas corpus*”, para determinar a renovação do julgamento, **sem** a participação, *contudo*, do Desembargador *impedido*.

É o meu voto.

30/11/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 102.965 RIO DE JANEIRO

ESCLARECIMENTO

A Senhora Ministra Ellen Gracie (Relatora) - Ministro Celso, não para divergir de Vossa Excelência, mas apenas para esclarecer - segundo penso - que não houve exercício de jurisdição por parte do magistrado impedido. Ele esteve presente numa sessão, ele estava encarregado da presidência da Turma, naquela momento, mas ele não proferiu voto. Pelo menos é isso que consta dos autos.

O Senhor Ministro Celso de Mello: Basta-me o fato de que o Desembargador tenha participado do julgamento em questão, presidindo-lhe a realização, não obstante tivesse conhecimento de que se registrava, no caso, situação configuradora de impedimento, tanto que procurou justificar a legitimidade de sua participação sustentando a inaplicabilidade da regra inscrita no art. 252, inciso I, do CPP.

Em contexto como esse, **tenho por absoluta** a nulidade processual **resultante** *da transgressão* ao que prescreve o art. 252, **inciso I**, do CPP. **O prejuízo** sofrido pelo ora paciente **decorre** *do próprio ato* **que desconsiderou, sem qualquer razão legítima, a cláusula** de vedação **fundada** no preceito legal mencionado.

30/11/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 102.965 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – (PRESIDENTE):

Também peço todas as vênias à eminente Relatora e, pelas razões agora trazidas pelo Ministro Celso de Mello, manifesto-me no sentido do deferimento da ordem. Não me parece que se possa fazer, ainda que se pudesse ter até sentido prático, esse *distinguishing* entre a presidência do julgamento, que é presidência de uma sessão de julgamento, atividade do tribunal, e a atividade de vogal, no Tribunal. Também não me parece que pudéssemos, ainda num senso de pragmatismo, fazer uma distinção entre uma manifestação, um voto relevante ou irrelevante.

O fato é que, pelas regras estabelecidas, a Turma não estava devidamente composta, nos termos do princípio do juiz natural. Havia um juiz impedido e, nesse caso, era o presidente. De modo que me manifesto nesse sentido.

SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 102.965**

PROCED. : RIO DE JANEIRO

REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. CELSO DE MELLO

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE

PACTE.(S) : EUCLYDES GOMES DA SILVA JÚNIOR

IMPTE.(S) : LUIZ CARLOS DA SILVA NETO

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Deferida a ordem, nos termos do voto do Ministro Celso de Mello, vencida a Relatora. Redigirá o acórdão o Senhor Ministro Celso de Mello. Falou, pelo paciente, o Dr. Luiz Carlos da Silva Neto e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Não participou do julgamento o Senhor Ministro Ayres Britto. **2ª Turma**, 30.11.2010.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Ellen Gracie, Ayres Britto e Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador

SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 102.965**

PROCED. : RIO DE JANEIRO

REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. CELSO DE MELLO

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE

PACTE.(S) : EUCLYDES GOMES DA SILVA JÚNIOR

IMPTE.(S) : LUIZ CARLOS DA SILVA NETO

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Deferida a ordem, nos termos do voto do Ministro Celso de Mello, vencida a Relatora. Redigirá o acórdão o Senhor Ministro Celso de Mello. Falou, pelo paciente, o Dr. Luiz Carlos da Silva Neto e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Não participou do julgamento o Senhor Ministro Ayres Britto. **2ª Turma**, 30.11.2010.

Decisão: A Turma, por votação unânime, deliberou retificar a decisão proferida na 31ª Sessão Ordinária, de 30.11.2010, para que tenha o seguinte teor: "Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em deferir a ordem, nos termos do voto do Ministro Celso de Mello, vencida a Relatora. Redigirá o acórdão o Senhor Ministro Celso de Mello. Falou, pelo paciente, o Dr. Luiz Carlos da Silva Neto e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Não participou do julgamento o Senhor Ministro Ayres Britto." Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 06.09.2011.

Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Karima Batista Kassab
Coordenadora